



RELATÓRIO SEMESTRAL AGOSTO 2012

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2.1	BALANÇOS	4
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	7
2.2.1	PROVEITOS	9
2.2.2	CUSTOS.....	10
2.2.3	RESULTADOS	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO	13
3	CONCLUSÃO.....	16

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município Alfândega da Fé.

A 12/7/2010, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro (PSF), bem como a contracção de financiamento bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 17/7/2010. O financiamento da operação, no total de 9 500 000,00 €, foi contratualizado em partes iguais à Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Fria, tendo sido obtido o necessário **visto do Tribunal de Contas a 23/08/2010**.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2012 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 31/8/2012. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras credíveis à data de 31/8/2011.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2012 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2012 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados**.

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económico financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil e falível uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2012 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 31 de Agosto (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2012, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras Reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 31/8/2012 face ao Balanço do PSF em 2012 (final do ano).**

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto (corrigidos) de Agosto de 2012 e do final de 2011, constata-se que **o Município investiu, aproximadamente, 988.647 Euros** em oito meses, tendencialmente acima do previsto no PSF para o período.

Ao nível das outras rubricas mais relevantes do Activo verifica-se que o **valor** resultante da adição das **disponibilidades com as dívidas a receber** (que inclui os subsídios comunitários e as taxas de ocupação da via pública) não chega para pagar o valor das dívidas de curto prazo.

Este passivo **de curto prazo**, que está acima do previsto no PSF, resultou do surgimento de dívidas que devem ser imputadas ao período anterior à data de referência do saneamento financeiro (30/04/2010) e que, por isso, deveriam ter sido financiadas com o recurso a capitais de médio e longo prazo. Assim, devido a esta falta de financiamento, o Município está a ponderar a adesão ao programa de apoio à economia local (PAEL), recentemente aprovado pela Lei nº 43 de 28 de Agosto de 2012, de forma a obter um empréstimo de MLP para o pagamento daquelas dívidas em conjunto com um plano de reequilíbrio financeiro.

Por outro lado, verifica-se que o valor das dívidas MLP em Agosto 2012 é inferior ao de 31/12/2011, mas superior ao valor previsto no PSF para o final de 2012. Esta última

diferença corresponde ao valor das prestações contratuais vincendas que serão pagas oportunamente, até ao final de 2012.

A provisão de imobilização financeira, no valor de 819.941,39 Euros, corresponde à transferência da propriedade da quota na Alfandegatur, que se pretende efectuar a curto prazo conforme previsto no PSF.

Importa notar que, tendo em consideração o princípio da prudência previsto no POCAL, foram registados 1.226.765,92 Euros de **provisões relativas a processos judiciais em curso**.

O assunto relativo aos resultados líquidos e aos meios libertos previstos no PSF será abordado nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

Mapa 1

BALANÇOS

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 2011	Real corrigido 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 8-2012	Real corrigido 8-2012	% Desvio	Notas
ACTIVO													
Imobilizado Bruto	29.235.491	33.728.673	27.430.347	-6	31.116.191	36.650.161	30.924.937	-1	32.787.698	37.651.934	31.926.709	-3	a)
Bens de domínio público	13.080	6.431.369	133.043	917	13.080	7.455.759	1.157.433	8.749	13.080	8.055.532	1.757.206	13.334	
Imobilizações Incorpóreas	120.846	135.067	135.067	12	120.846	143.776	143.776	19	120.846	159.313	159.313	32	c)
Imobilizações Corpóreas	8.420.312	7.959.212	7.959.212	-5	10.301.012	10.422.219	10.995.321	7	11.972.519	10.817.485	11.390.588	-5	
Investimentos financeiros	452.029	452.029	452.029	0	452.029	2.007.978	2.007.978	344	452.029	2.007.978	2.007.978	344	b)
Imobilizado Curso	20.229.224	18.750.996	18.750.996	-7	20.229.224	16.620.429	16.620.429	-18	20.229.224	16.611.625	16.611.625	-18	
Amortizações Acumuladas	2.112.752	1.945.950	2.107.482	0	2.651.610	2.501.483	2.605.669	-2	3.273.043	2.501.483	2.915.772	-11	e)
Existências	0	6.976	6.976	-	0	54.178	54.178	-	0	61.774	61.774	-	
Matérias-Primas	0	6.976	6.976	-	0	54.178	54.178	-	0	61.774	61.774	-	
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outras	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dívidas terceiros M/L prazo	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dívidas terceiros curto prazo	55.283	1.967.011	1.967.011	3.458	62.204	1.636.927	1.636.927	2.532	64.869	2.286.937	2.286.937	3.425	
Clientes, Contribuintes e U'tentes	55.283	69.011	69.011	25	62.204	310.604	310.604	399	64.869	898.772	898.772	1.286	
Outros	0	1.898.000	1.898.000	-	0	1.326.323	1.326.323	-	0	1.388.165	1.388.165	-	
Provisões para cobranças duvidosas	0	0	0	-	0	40.719	40.719	-	0	40.719	40.719	-	
Disponibilidades	1.624.868	421.164	421.164	-74	1.252.712	314.394	314.394	-75	1.040.341	205.812	205.812	-80	
Acréscimos e Diferimentos	6.797	69.877	69.877	928	6.797	91.580	91.580	1.247	6.797	17.447	17.447	157	
TOTAL ACTIVO	28.809.686	34.247.751	27.787.892	-4	29.786.293	36.205.039	30.375.629	2	30.626.661	37.681.701	31.542.188	3	
PASSIVO													
Provisões para riscos encargos	0	0	0	-	0	819.941	819.941	-	0	2.046.707	2.046.707	-	
Dívidas a terceiros M/L Prazo	18.199.387	17.958.385	17.958.385	-1	17.122.164	17.266.774	17.266.774	1	16.036.431	16.662.362	16.662.362	4	
Dívidas instituições crédito	18.174.449	17.933.586	17.933.586	-1	17.122.164	17.266.774	17.266.774	1	16.036.431	16.662.362	16.662.362	4	
Dívidas Fornecedores Imobilizado	24.938	24.799	24.799	-1	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outras Dívidas	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dívidas a terceiros curto prazo	594.825	1.218.572	1.218.572	105	603.536	2.794.756	2.794.756	363	606.824	4.368.872	4.368.872	620	
Dívidas instituições crédito	0	0	0	-	0	100.000	100.000	-	0	200.000	200.000	-	
Fornecedores	191.076	833.115	833.115	336	186.425	1.620.654	1.620.654	769	188.289	2.394.556	2.394.556	1.172	
Estado e outros entes públicos	46.898	41.006	41.006	-13	60.260	41.944	41.944	-30	61.684	40.500	40.500	-34	
Outras Dívidas	356.851	344.452	344.452	-3	356.851	1.032.159	1.032.159	189	356.851	1.733.817	1.733.817	386	
Acréscimos custos	162.421	829.409	829.409	411	162.421	837.667	837.667	416	162.421	177.552	177.552	9	
Proventos Diferidos	1.508.270	2.675.060	2.675.060	77	2.036.888	3.023.860	3.023.860	48	2.366.305	3.034.977	3.034.977	28	
TOTAL PASSIVO	20.464.903	22.681.426	22.681.426	11	19.925.008	24.743.000	24.743.000	24	19.171.981	26.290.471	26.290.471	37	
FUNDOS PRÓPRIOS													
Património	3.998.917	10.327.244	3.998.917	0	3.998.917	10.530.694	4.048.917	1	3.998.917	10.547.023	4.065.247	2	a) c) d)
Reservas	960.697	968.672	968.672	1	960.697	1.000.000	1.000.000	4	960.697	1.252.475	1.252.475	30	
Resultados Translados	2.119.005	-356.146	-326.146	-115	3.385.168	-730.009	26.543	-99	4.901.670	-117.303	639.249	-87	c) d)
Resultados Líquidos	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	661.354	557.168	-63	1.593.395	-290.964	-705.253	-144	
TOTAL FUNDOS PROPRIOS	8.344.783	11.566.324	5.106.466	-39	9.861.284	11.462.039	5.632.629	-43	11.454.680	11.391.230	5.251.717	-54	
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PROPRIOS	28.809.686	34.247.751	27.787.892	-4	29.786.293	36.205.039	30.375.629	2	30.626.661	37.681.701	31.542.188	3	

Notas:

a) Corrigido pela reavaliação do património efectuada no valor de 6.298.326,54 Euros até 31/12/2010 (contrapartida conta 51 - Património).

b) Foram assumidas as amortizações do PSF.

c) Em 2011 foi efectuada uma reclassificação patrimonial no valor de 202.211,94 Euros (153.450,00 Euros por contrapartida da conta 51 - Património; 48.761,94 Euros por contrapartida da conta 59 - Resultados Translados). Foi realizada uma correcção respeitante aos abates/alienações efectuadas em 2011 não previstas no PSF, conforme mapa do activo bruto, no valor de 775.314,15 Euros (por contrapartida da conta 59 - Resultados Translados).

d) Corrigido pela aplicação de resultados de 2009 no valor de 30.000 Euros.

e) Foi incluído saldo da conta Compras no valor de 40,88 Euros.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2012.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, pelo que uma análise descuidada enfermará de vários e evidentes vícios.

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% desv.	Previsão PSF 2011	Real 2011	Real corrigido 2011	% desv.	Previsão PSF 8-2012	Real 8-2012	Real corrigido 8-2012	% desv.	Notas
Vendas	163.591	225.248	225.248	38	166.879	174.548	174.548	5	113.490	99.722	99.722	-12	
Produtos	163.591	168.748	168.748	3	166.879	169.548	169.548	2	113.490	94.722	94.722	-17	
Mercadorias	0	56500	56.500	-	0	5.000	5.000	-	0	5.000	5.000	-	
Prestação serviços	460.506	388.655	388.655	-16	536.236	556.089	444.713	-17	375.508	456.088	399.852	6	c)
Outros prov. e ganhos operac.	7.709	13.373	13.373	73	7.786	13.460	13.460	73	5.243	2.441	2.441	-53	
Var. da Produção	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Impostos e Taxas	402.037	445.994	445.994	11	442.417	692.737	692.737	57	297.894	607.905	607.905	104	
Transf. e Sub. Obtidos	6.166.571	6.023.631	6.023.631	-2	6.308.027	5.772.469	5.772.469	-8	4.247.405	3.787.814	3.787.814	-11	
Trabalhos Própria Entidade	1.070.000	990.093	990.093	-7	1.080.700	848.514	848.514	-21	727.671	13.125	13.125	-98	
Prov. ganhos fin.explo.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif.câmbio desfav.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Descontos pp obtidos	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
TOTAL PROVEITOS	8.270.414	8.086.995	8.086.995	-2	8.542.046	8.057.817	7.946.440	-7	5.767.211	4.967.094	4.910.858	-15	
C.M.V	309.035	341.539	203.704	-34	312.125	289.036	159.630	-49	210.164	56.756	22.047	-90	
Mercadorias	0	18.799	0	-	0	163	0	-	0	0	0	-	
Produtos	309.035	322.740	203.704	-34	312.125	288.873	159.630	-49	210.164	56.756	22.047	-90	a)
Forn. Serv. Ext.	1.874.686	2.169.362	2.307.197	23	1.818.446	2.123.915	2.253.321	24	1.224.420	1.159.658	1.194.367	-2	
Subcontratos	256.831	221.247	221.247	-14	249.126	244.548	244.548	-2	167.745	106.121	106.121	-37	
Trabalhos Especializados	488.981	668.459	668.459	37	474.312	722.071	722.071	52	319.370	346.218	346.218	8	
Electricidade/Combustíveis	337.388	386.105	386.105	14	327.267	420.551	420.551	29	220.359	300.595	300.595	36	
Conservação e Reparação	57.907	64.658	64.658	12	56.170	93.513	93.513	66	37.821	40.357	40.357	7	
O.F.S.E	733.578	828.894	966.728	32	711.571	643.232	772.638	9	479.125	366.368	401.077	-16	a)
Custos com pessoal	2.856.819	2.858.729	2.858.729	0	2.849.320	2.740.883	2.740.883	-4	1.894.257	1.676.785	1.676.785	-11	
Amortizações	445.823	284.291	445.823	0	538.858	434.672	538.858	0	414.289	0	414.289	0	b)
Provisões	0	0	0	-	0	40.719	40.719	-	0	1.226.766	1.226.766	-	
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	705.286	704.984	704.984	0	702.748	453.762	453.762	-35	473.184	437.775	437.775	-7	
Outros custos exploração	0	20.442	20.442	-	0	92.184	92.184	-	0	13.694	13.694	-	
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif. câmbio desfav.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Desc. pp concedidos	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	6.191.649	6.379.347	6.540.879	6	6.221.497	6.175.171	6.279.356	1	4.216.313	4.571.435	4.985.723	18	
RESULTADOS EXPLORA.	2.078.765	1.707.647	1.546.116	-26	2.320.549	1.882.646	1.667.084	-28	1.550.898	395.660	-74.865	-105	
Prov. e ganhos extraor.	149.383	91.450	91.450	-39	412.083	214.009	214.009	-48	172.618	92.175	92.175	-47	
Cust. e perdas extraord.	547.699	704.415	704.415	29	622.691	699.241	699.241	12	286.985	274.053	274.053	-5	
R. ANTES FUN. FINANC.	1.680.448	1.094.682	933.150	-44	2.109.941	1.397.414	1.181.852	-44	1.436.530	213.782	-256.742	-118	
Prov. e ganhos finance.	89.985	1.038	1.038	-99	108.885	1.192	112.568	3	73.316	343	56.579	-23	c)
Cust. e perda financ.	504.269	469.165	469.165	-7	702.324	737.252	737.252	5	447.582	505.089	505.089	13	
juros suportados	484.269	431.492	431.492	-11	697.324	689.025	689.025	-1	444.216	468.313	468.313	5	
outros	20.000	37.673	37.673	88	5.000	48.226	48.226	865	3.367	36.777	36.777	992	
RESULTADOS LIQUIDOS	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	661.354	557.168	-63	1.062.264	-290.964	-705.253	-166	

Nota:

a) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência para Fornecimentos e Serviços Terceiros da conta 61.6.5 - Material Diverso (34.709,06 Euros).

b) Foram assumidas as amortizações do PSF.

c) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência de 56.236 Euros (da conta 71.3.1.3 - Concessão de Exploração), referentes às rendas do parque edílico, para Proveitos Financeiros.

2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo (17%) da previsão do PSF, em resultado dos efeitos da sazonalidade e periodicidade dos respectivos proveitos.

A rubrica “**Prestação de serviços**” está acima da previsão em cerca de 6%, evolução a confirmar no relatório anual de 2012.

Em relação aos proveitos merece destaque a rubrica “**Impostos e taxas**” onde se verificou uma tendência para o aumento de 104% face ao previsto no PSF, decorrente do forte incremento das taxas de ocupação da via pública.

Na rubrica “**Transferências e subsídios obtidos**”, verifica-se um valor de 11% abaixo do estimado no PSF devido, no seu essencial, à redução das transferências do Estado.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**” apresentam um desvio negativo face ao PSF de, aproximadamente, 98%, devido à diminuição geral do ritmo das obras (contenção de despesas) e ao protelamento na contabilização patrimonial das obras executadas.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 47%, devido ao facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 134.583 Euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2012.

Por outro lado, ainda não foi efectuada a venda de prédios prevista no PSF para 2012 (Estevainha – 2.500 Euros; Joija – 2.500 Euros) com a excepção dos lotes zona industrial cuja alienação foi antecipada para 2011 (valor previsto no PSF de 47.937 Euros tendo sido realizado 14.434,23 Euros). Também, ainda não foi concretizada a concessão da exploração solar (previsto no PSF 230.000 € no ano 2011) por falta de aprovação do Ministério respectivo.

Não obstante isto, foram obtidas em 2012 receitas que apenas estavam previstas no PSF em 2013, nomeadamente as relativas a habitação social (33.488 Euros) e prédios rústicos (40.230 Euros) e foram recebidas verbas referentes a alienações de imobilizado não estimadas no PSF (sendo de destacar as relativas ao pavilhão da Mecapisa no valor de 150.000 Euros).

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” são inferiores aos do PSF (23%) devido ao facto de ainda não ter sido obtida a receita referente à produção solar (previsto no PSF 10.100 €) e

florestal (previsão de 8.080 Euros). A evolução das rendas do parque eólico está em linha com a previsão.

2.2.2 CUSTOS

Na rubrica “**Custo dos Produtos**” verifica-se uma quebra de 90% após a correcção por transferência da conta Material Diverso para fornecimentos e serviços terceiros.

A rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” está abaixo da previsão efectuada (2%) até ao fim de Agosto de 2012, tendência a confirmar em relatórios posteriores.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 11% abaixo da estimativa, devido à diminuição do número de trabalhadores do município (9), para além do que está previsto no PSF.

Importa notar que, tendo em consideração o princípio da prudência previsto no POCAL, foram registados 1.226.765,92 Euros de **provisões relativas a processos judiciais em curso**.

As “**transferências e subsídios correntes**” apresentam um valor (que inclui 199.600 Euros relativos à EDEAF) de 7% inferior ao previsto no PSF e a rubrica dos “**Outros custos de exploração**” respeitantes, essencialmente, a programas ocupacionais subsidiados, apresenta o montante de 13.693,93 Euros (não previsto no PSF).

A rubrica dos “**custos extraordinários**” apresenta um valor 5% inferior ao previsto. No entanto ainda não foi contabilizada a parte proporcional da cobertura de prejuízos (aplicação do princípio da especialização dos exercícios) das empresas municipais relativa a 2012, que será efectuada, apenas, no final do ano corrente (351.000 Euros foi o valor estimado no PSF para o ano de 2012, relativo à EDEAF). De realçar que, até ao fim de Agosto de 2012, foram considerados 134.381,96 Euros relativos a perdas na alienação de imobilizações corpóreas.

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se um aumento face ao previsto no PSF (13%), decorrente do maior valor de custos com juros e serviços bancários suportados.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma **diminuição significativa dos resultados operacionais** em virtude, principalmente, da diminuição das transferências do estado e subsídios obtidos e da contabilização da provisão para processos judiciais em curso. Os **resultados líquidos** ressentiram-se da já referida redução dos resultados operacionais e do comportamento negativo dos resultados extraordinários e financeiros.

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 8-2012 (anualizado)	Real 8-2012	% Desvio
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	1.252.712	314.394	-75
Total receitas Orçamentais	6.311.870	5.424.463	-14
Receitas Correntes	3.558.838	3.224.570	-9
Receitas de Capital	2.750.227	2.199.893	-20
Receitas Outras	2.805	0	-100
Operações de Tesouraria		287.206	-
Total Geral	7.564.582	6.026.063	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	7.147.011	5.436.956	-24
Despesa corrente	3.485.685	3.502.433	0
Despesa de Capital	3.661.326	1.934.524	-47
Operações de Tesouraria		383.296	-
Total Geral	7.564.582	6.026.063	

O valor das receitas correntes e de capital está abaixo do estimado, situação similar à verificada ao nível da despesa de capital. A despesa corrente está ao nível da previsão.

Assim, até ao fim de Agosto de 2012, verifica-se um ligeiro **desequilíbrio orçamental corrente**.

2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2010 PSF	2010 Real	2010 Real corrigido	2011 PSF	2011 Real	2011 Real corrigido	2012 PSF	8-2012 Real	8-2012 Real corrigido
FUNDO DE MANEIO	€	1.092.123	1.246.456	1.246.456	718.177	-656.957	-656.957	505.183	-1.756.184	-1.756.184
LIQUIDEZ GERAL	%	3	2	2	2	1	1	2	1	1
SOLVABILIDADE	%	41	51	23	49	46	23	60	43	20
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	29	34	18	33	32	19	37	30	17
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	101	102	102	93	92	101	88	86
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	115	115	30	229	229	30	453	453
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	89	-	-	51	-	-	-	-
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	30	39	39	30	148	174	30	375	417
CASH FLOW	€	1.711.986	910.846	910.846	2.055.360	1.136.745	1.136.745	1.476.552	935.802	935.802

Nota:

a) O cash-flow apresentado na coluna "2012 PSF" é o valor anualizado a Agosto de 2012.

Da análise do mapa anterior, que está influenciado pelas dívidas que deviam ter sido contabilizadas em 30/04/2010 (data de referência do PSF), no valor aproximado de 1.600.000 Euros, podemos destacar o seguinte:

- Défice do fundo de maneo;
- Insuficiente financiamento do Imobilizado por capitais permanentes;
- Prazos médios de recebimento e de pagamento acima do previsto;
- Cash-Flow positivo, mas abaixo da previsão;

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes (não está disponível o valor referente a 31/08/2012).

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento - Município		Endividamento - Consolidado		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	M LP	Líquido	M LP	Líquido	M LP		Líquido	M LP
		1	2	3	4	5	6		8=1-5	9=2-6
2010	Saneamento 31/12/2010	7.580.417,65	6.064.334,12	13.011.973,59	14.361.969,39	13.575.027,06	14.361.969,39	3.812.479,39	-5.994.609,41	-8.297.635,27
	Real 31/12/2010	7.858.733,90	6.286.987,12	13.516.970,35	14.117.287,94	13.516.970,35	14.117.287,94	3.816.346,92	-5.658.236,45	-7.830.300,82
2011	Saneamento 31/12/2011	7.886.679,64	6.309.343,71	12.745.805,41	13.746.793,48	13.017.938,88	13.746.793,48	3.375.370,46	-5.131.259,24	-7.437.449,77
	Real 31/12/2011	7.994.049,88	6.395.239,90	14.407.699,61	13.895.763,86	14.619.249,12	13.895.763,86	3.471.011,00	-6.625.199,25	-7.500.523,96
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) b)	12.951.146,71	10.594.424,36	14.407.699,61	13.895.763,86	14.619.249,12	13.895.763,86	3.471.011,00	-1.668.102,42	-3.301.339,50
2012	Saneamento 31/12/2012	7.984.483,93	6.387.587,15	12.289.562,81	13.077.556,97	12.561.696,28	13.077.556,97	2.958.874,24	-4.577.212,35	-6.689.969,82
	Real 31/8/2012	7.244.384,75	5.795.507,80	14.044.982,72	13.360.783,39	13.967.883,03	13.360.783,39	3.301.578,32	-6.723.498,28	-7.565.275,59
	Real 31/8/2012 (art.º 66.º OE 2012) c)	12.784.336,00	10.264.290,00	14.044.982,72	13.360.783,39	13.967.883,03	13.360.783,39	3.301.578,32	-1.183.547,03	-3.096.493,39

Nota:

- a) O Endividamento Líquido consolidado inclui o nível de endividamento da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.
b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.
c) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.

Da apreciação do mapa supra, verifica-se que o **valor do endividamento líquido consolidado** teve uma redução de 651.366 Euros de 31/12/2011 para 31/08/2012 e que no mesmo período o **excesso de Endividamento Líquido** se agravou ligeiramente (98.299 Euros) em consequência da diminuição do limite estabelecido para o endividamento líquido para 2012 (menos 749.665 Euros do que em 2011).

De qualquer modo, as diferenças em relação ao previsto no PSF, resultam da redução das transferências do O.E, e das dívidas surgidas, anteriormente já referidas, não consideradas no estudo e plano de saneamento financeiro.

Por outro lado, constata-se uma redução de 534.981 Euros do endividamento de MLP de 31/12/2011 para 31/08/2012, sendo que o seu **excesso é maior do que o verificado em 2011** devido à **diminuição do respectivo limite** (calculado de acordo com a LFL: diminuição das receitas).

Importa notar que o endividamento de MLP do PSF no final de 2012 considera todos os reembolsos de capital efectuados no ano, o que não acontece com os valores reais no final de Agosto. Este facto, inviabiliza uma comparação, na data de referência do presente relatório, entre o PSF e os valores reais, devendo esse exercício apenas ser efectuado no fim de 2012.

Porém, de acordo com o previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012, (devido à grave crise económica e financeira e consequente redução das transferências para os Municípios) o limite ao endividamento líquido é obtido pela diferença entre activos e passivos financeiros a 31-12-2011 (caso nessa data o Município apresente excesso de endividamento líquido o limite corresponde ao limite de endividamento líquido de 2011 menos 10% do excesso verificado).

Assim, o excesso de endividamento líquido, no valor de 6.723.498,28 Euros, verificado em 31/08/2012, converte-se num excesso de 1.183.547,03 Euros, na mesma data. Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP no valor de 7.565.275,59 Euros converte-se num excesso de 3.096.493,39 Euros naquela data.

Saliente-se que este aumento legal dos limites de endividamento e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício que não veio melhorar a situação financeira dos Municípios, em particular o de Alfândega da Fé.

Isto é, com a diminuição referida do limite de 2011 para 2012, para ser atingido o objectivo do PSF, em termos de excesso de endividamento, no fim do ano de 2012 terá de ser efectuado um maior esforço de redução do endividamento líquido pelo Município.

3 CONCLUSÃO

O Município de Alfândega da Fé, no final de Agosto de 2012, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) inferiores aos previstos no PSF, nomeadamente, os relativos ao fundo de maneio e ao cash flow. Com efeito, continua a existir um cash-flow positivo mas insuficiente que condiciona, manifestamente a realização de investimentos, e ainda, um *deficit* de fundo de maneio de 2.261.366 Euros, em relação ao previsto no PSF (fim de 2012), que se poderá traduzir em dificuldades de tesouraria e num potencial aumento das despesas financeiras.

Com sabemos, o elevado valor do passivo financeiro de curto prazo resultou, não só, do **surgimento de dívidas que deveriam ter sido imputadas à data de referência do saneamento financeiro (30/04/2010)**, como também, **dos cortes das transferências do O.E (restrições orçamentais do Estado)**.

Saliente-se que é **o próprio Estado que está a dificultar manifestamente essa recuperação financeira dos Municípios** porque a LFL não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução, quer das receitas quer da evolução desfavorável dos preços do mercado dos bens e serviços consumidos.

Com efeito, devido à grave crise económica e financeira nacional (que provocou a redução das transferências para os Municípios), o Estado veio aumentar os limites de endividamento tentando **ignorar a raiz do problema que originou a quase ruptura financeira de muitos Municípios**. Isto é, o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º de 2011) ao determinar que o cálculo dos limites de endividamento líquido e de MLP seja feito de maneira diferente do que o previsto na LFL, vem reconhecer as graves dificuldades financeiras da maioria dos Municípios.

Por outro lado, a nova Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA) que exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis (90 dias), para realizar novas despesas, veio trazer dificuldades financeiras acrescidas para o Município de Alfândega da Fé que tem um *deficit* de fundo de maneio e não consegue obter legalmente um empréstimo

de MLP (não foi permitido um reforço do empréstimo de saneamento financeiro) ou obter receitas extraordinárias para o pagamento das dívidas arrastadas, surgidas após o saneamento financeiro.

No entanto, com a recente aprovação da Lei n.º 43 de 28 de Agosto de 2012 relativa ao programa de apoio à economia local (PAEL), o Município que estará enquadrado no programa I, vai ter a possibilidade de pagar, com o empréstimo do PAEL a 20 anos (a uma taxa de juro bastante favorável) aproximadamente, 974.660 Euros de dívidas vencidas há mais de 90 dias (que incluem o valor do aumento de capital da Alfandegatur para redução do seu passivo, cuja concretização tornará possível a transferência da sua propriedade). O valor final do financiamento aceite foi de 721.395,78 Euros, dado terem sido pagas entretanto dívidas no valor de 253.264,22 Euros.

Assim, apesar das fracas expectativas económico financeiras nacionais (decorrente do programa de assistência económico financeira da *Troika*) e europeias, o Município de Alfândega da Fé com o reforço das medidas de racionalização da despesa, que incluem um controle rigoroso dos investimentos (mesmo que previstos e comparticipados) e o estancar da hemorragia anual correspondente à cobertura de prejuízo das empresas municipais (ALFANDEGATUR e EDEAF), poderá inverter o sentido da tendência do aumento do endividamento e conseguir resolver o seu problema do desequilíbrio financeiro, recorrendo para tal a um Plano de Reequilíbrio financeiro apresentado em conjunto com o PAEL.